EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS ALÉM DA MATRÍCULA

Carla Rosa [1]

Vanderlei Folmer [2]

Resumo:

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior e os seus aspectos inerentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa e será desenvolvida em cinco Universidades Federais do Rio Grande do Sul. O projeto será realizado a partir da percepção e concepção dos docentes a respeito da inclusão no Ensino Superior, analisando quais as dificuldades e soluções encontradas para a garantia da permanência e qualidade de ensino. Verificar a atuação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado como suporte às ações pedagógicas, adaptações curriculares, avaliação e formação docente. Desta forma, este trabalho busca, por meio da temática Inclusão no Ensino Superior, identificar práticas articuladoras do processo de inclusão que garantam, não apenas a matrícula, mas a permanência, qualidade e conclusão da graduação por alunos com deficiência. O apoio do Núcleo de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado e as concepções docentes podem estar relacionados à qualidade da inclusão no Ensino Superior. Realizar um diálogo entre as ações realizadas pode contribuir no processo de inclusão e na organização das Universidades para o Atendimento Educacional Especializado.

Palavras-chave: Ensino superior; Inclusão; Núcleos de Acessibilidade

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS ALÉM DA MATRÍCULA

[1] Aluno de pós-graduação. cmr030587@gmail.com. Autor principal

[2] Docente. vandfolmer@gmail.com. Orientador

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS ALÉM DA MATRÍCULA

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema relativamente novo de acordo com seu percurso histórico e legislativo, segundo RODRIGUES (2004), "...o debate sobre esse tema é, pois, a tentativa de discutir os entendimentos de uma inclusão que não seja feita em termos voluntaristas e semiclandestinos mas, pelo contrário, que se assuma como política social e educativa". Para que isso seja possível é necessário que as políticas públicas delimitem com clareza os papéis dos personagens que participam desta trama, promovendo qualidade e sustentabilidade. Para VARGAS (2006), "...para que seja possível acontecer a tão esperada inclusão na Universidade é preciso que se tenha clareza dos fatores que estão envolvidos na relação destes alunos com a instituição", reafirmando a necessidade de se caracterizar papéis e competências.

A legislação tem realizado esforços significativos para a idealização de práticas que contemplem a Educação Inclusiva, porém ainda esbarra em aspectos burocráticos que muitas vezes acabam inviabilizando o exercício do dever e do direito de acessibilidade e inclusão. Mais que políticas públicas idealizadas em gabinetes, são necessárias as efetivações nos espaços de apoio e de ensino, para MELLO (2015), "... o objetivo da inclusão é a transformação das ambiências de ensino de maneira que se tornem lugares de formação e informação de qualidade para todos".

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), o número de matrículas de alunos declarantes de deficiência tem aumentado significativamente no Rio Grande do Sul nos últimos anos, como mostra os dados mais atuais disponibilizados pelo INEP – Senso Escolar:

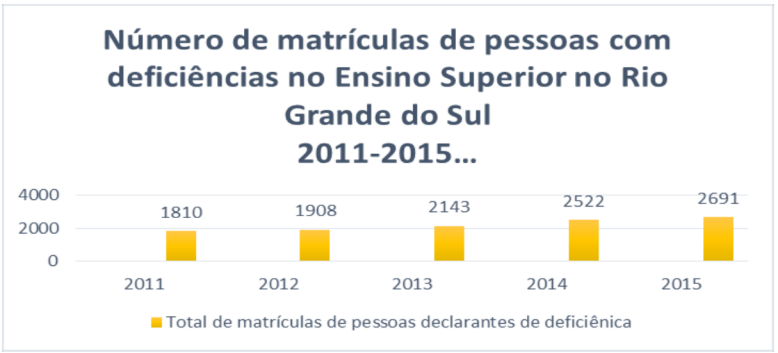


FIGURA 1: número de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior no Rio Grande Do Sul 2011-2015.

Observando o crescente número de matrículas nos últimos anos, torna-se necessário refletir sobre os aspectos qualitativos do processo de inclusão no ensino superior e seu impacto na comunidade científica, para SALES et al (2016):

> "...depois do ingresso observa-se que, na maioria das vezes, são os alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) que têm que se adaptar à universidade, a qual deveria estabelecer a inclusão desses alunos e se reestruturar, física e humanamente, para recepcioná-los e auxiliá-los no seu processo de ensino-aprendizagem".
>
> (SALES, 2016. Pág.297).

Para isso, o Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade Na Educação Superior Secadi/Sesu–2013 traz aspectos relevantes acerca deste processo. É um documento norteador que fundamenta a organização dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão, responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado nas Universidades. Compreender o regimento dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão permite à comunidade universitária atender às necessidades dos alunos com deficiência, permitindo que o corpo docente encontre amparo institucional para construir uma prática coerente e coesa, garantindo aos alunos qualidade, viabilidade e sustentabilidade de sua formação superior.

O Ensino Superior é visto como o berço do saber científico e como um dos principais responsáveis pela formação docente, para PEREIRA (2014), "a formação de professores, entendida em sua dimensão social, deve ser tratado como um direito e como um processo inicial e continuado capaz de dar respostas aos desafios do cotidiano escolar". Esta ideia gera expectativa no universo educacional, ignorando muitas vezes que o Ensino Superior é uma das etapas da Educação e que assim como as demais encontra dificuldades e impasses entre suas concepções pedagógicas e o sistema que o rege. VARGAS (2006), destaca que "outro aspecto relevante que a discussão acerca da inclusão no ensino superior aponta é a necessidade de se refletir e problematizar a formação dos professores universitários", uma vez quem nem todos têm formação pedagógica ou na área da Educação/ Licenciatura.

Neste sentido esta pesquisa vem problematizar as questões sobre Educação Inclusiva que antes assombravam a Educação Básica e agora adentram o Ensino Superior. Esta pesquisa justifica-se no sentido de compreender como se dá o processo de inclusão no Ensino Superior e o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão na qualidade deste processo e ampara-se na legislação para compreender o que, de fato e de direito, cabe às instituições oferecer aos alunos especiais, desde a garantia da matrícula à conclusão da formação.

Para isso, serão investigadas as percepções e concepções dos docentes acerca da inclusão no Ensino Superior e o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão como articuladores neste processo. Com o objetivo de compreender como o processo de inclusão ocorre no Ensino Superior, investigar quais as dificuldades encontradas pelos docentes na inclusão de

alunos com deficiência e compreender o papel das ações do Núcleo de Acessibilidade na garantia dos direitos dos alunos com NEE.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza-se de uma abordagem quantitativa ao buscar traduzir em números comportamentos, opiniões e estereotipias, analisando a frequência com que se estabelecem, bem como de uma abordagem qualitativa com o objetivo de interpretar os fenômenos atribuindo significado, observando o ciclo: frequência – causa – efeito. Para MINAYO (1993):

> "... a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuun*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória (...), é de se desejar que as relações sociais possam ser analisada em seus aspectos mais "ecológicos" e concretos e aprofundados em seus significados mais essenciais".
>
> MINAYO (1993, p. 247).

A coleta de dados será realizada de maneira a atender as etapas e os objetivos desta pesquisa. Para tanto, na primeira etapa com caráter narrativo, será realizada uma pesquisa bibliográfica para análise cronológica da construção dos marcos legais da educação inclusiva, buscando em leis e decretos a caracterização da educação na perspectiva inclusiva, compreendendo o papel das políticas públicas. A análise da coleta de dados será realizada de acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

No decorrer da construção do referencial teórico, lendo sobre a inclusão em diferentes esferas (não só no Ensino Superior), foi possível perceber quatro pontos determinantes no exercício da inclusão: o papel das políticas públicas, das instituições, dos docentes e dos discentes. Estas são peças de uma engrenagem que deve trabalhar de acordo uma com a outra, simultaneamente, dando suporte e movimentando a ação de incluir.

As políticas públicas têm o papel de organizar, sistematizar, institucionalizar e regimentar a inclusão, conferindo às instituições uma padronização das ações, promovendo uma coerência e alinhamento entre as necessidades do aluno com deficiência e as providências que as instituições devem tomar. Normalmente a elaboração destas políticas segue acordos e metas internacionais que devem ser analisadas, contextualizadas para logo, serem colocadas em prática, KASSAR (2011) diz que:

> "documentos recentes da Secretaria de Educação Especial referem-se à construção de "sistemas educacionais inclusivos" em todos os níveis. Pelas ações implantadas, supomos que um "sistema educacional inclusivo" seja aquele que garanta o acesso

> ao estabelecimento educacional (garanta a matrícula e a permanência do aluno) e que ofereça, quando necessário, atendimento educacional especializado para complementar ou suplementar o atendimento escolar..."
>
> (KASSAR, p.76, 2011).

Às instituições, cabe o papel de estudar as políticas públicas compreendendo suas determinações nas entrelinhas, só assim será possível definir as obrigações de cada um dos envolvidos nessa tessitura. Essa ação é fundamental no sucesso e insucesso das inclusões. É possível perceber nos resultados de muitas pesquisas que os personagens dessa "trama", desconhecem as políticas públicas e assumem responsabilidades ou descumprem determinações fundamentando suas ações num "achismo" e promovendo, mesmo que não intencionalmente, a exclusão. PLETSH e Melo (2017), observou em suas pesquisas que:

> "Os resultados evidenciaram, ainda, diferentes problemas no que diz respeito à acessibilidade. Em especial, chamaram nossa atenção os dados relativos à acessibilidade atitudinal e comunicacional. Do mesmo modo, verificamos que a acessibilidade pedagógica, arquitetônica e nos transportes merece cuidadoso debate nas IFES. Também não podemos deixar de evidenciar a falta e carência de profissionais especialistas como intérpretes, tradutores e instrutores de LIBRAS, assim como de revisores e transcritores em Braille".
>
> (PLESSH, p.1623).

Aos docentes, cabe a execução das políticas públicas, "o fazer do incluir". Estes na maioria despreparados e desapoiados acabam assumindo quase que/ou exclusivamente sozinhos a tarefa de incluir com todas suas dificuldades e desafios. Esse desamparo ao corpo docente é sem sombra de dúvida um dos principais "dificultadores", sendo a formação a justificativa para o fracasso das ações. POKER et al (2018) afirma que;

> "Faz-se nítido que os docentes ainda se sentem inseguros e despreparados para ensinar tal alunado, fenômeno esse que pode ser explicado pelo tipo de formação que tiveram que, de forma geral, é excelente quando analisada no âmbito da formação na graduação e pós-graduação, porém, pelo que foi verificado na pesquisa, é insatisfatória quando relacionada às questões da educação inclusiva".
>
> (POKER, p.132, 2018).

Aos discentes, cabe o papel de se empoderar de seus direitos. É comprovado o papel da estimulação no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Historicamente, a marginalização conferiu aos deficientes e seus responsáveis uma postura passiva pela falta de apoio e conhecimento das articulações entre o direito de lei e o direito de fato. Além disso, os alunos com deficiência não são os únicos beneficiados como afirma DUARTE E FERREIRA (2010), "Acreditamos que com a inclusão, não só a pessoa com deficiência é quem sai beneficiada, mas todos aqueles envolvidos neste processo educacional vislumbrado de uma forma ampliada".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade como instituição de ensino é um lugar de construção e formação do conhecimento. Nela existe um espaço de diálogo privilegiado e a pesquisa e a experimentação didática como ferramentas articuladoras podem auxiliar na qualidade das ações de inclusão. Então, me apropriando da ideia de Jacques Delors em "Educação: um tesouro a descobrir", os quatro pilares da educação, trago como releitura os quatro pilares da Educação Inclusiva: As políticas públicas (aprender a fazer), as instituições (aprender a conhecer), os docentes (aprender a conviver) e os discentes (aprender a ser), que devem fazer da educação e da pesquisa o suporte para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. **Documento Orientador do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior –SECADI/SESu.** 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf > Acesso em jul. 2018.

_____INEP. Censo Escolar. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/censo-escolar >. Acesso em jul. 2018.

DUARTE, Emerson Rodrigues. FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, MG Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 57-72, jan./abr. 2010.Disponível em: *http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial*

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Editora Atlas S.A. 2002.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista, Curitiba: n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.*

MELLO, Nancy Rigatto. Livro digital acessível: possibilidades e limites do uso da tecnologia assistiva. **Revista Ambiente Educação.** Universidade de São Paulo. Vol.8. n.1. 2015

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993

PEREIRA, Fabiola Andrade. PINHO, Maria de José. PINHO, Edna Maria da Cruz. A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite a reflexão. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p104-115, 2014.

PLETSCH, Márcia Denise. MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão nas Universidades Federais da

Região Sudeste **RIAEE** – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12, n.3, p. 1610-1627, jul./set. 2017.
POKER, Rosimar Bortolini; DOURADO, Fernanda Oscar; GARLA, Valentim & Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: A percepção de docentes de uma instituição pública de São Paulo. Revista Psicologia escolar e Educacional, São Paulo: nº especial, p.127-134. 2018.

RODRIGUES, David. A inclusão na Universidade Limites e Possibilidades na construção de uma Universidade inclusiva. **REVISTA CENTRO DE EDUCAÇÃO**. 2004
SALES, Zenilda Nogueira. MOREIRA. Ramon Missias. COUTO, Edvaldo Souza. O convívio acadêmico: representações de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial.** V.29. n.55. p.295-308. 2016.
VARGAS, Gardia Maria dos Santos de. A inclusão no Ensino Superior: a experiência da disciplina de Prática Pedagógica – Prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. **Revista PONTO DE VISTA**, Florianópolis: n.8. p. 131-138, 2006.